

PROJETO DE LEI Nº , DE 2008
(Do Sr. JOÃO DADO)

Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para instituir o pecúlio para os aposentados que retornarem a exercer atividade sujeita ao Regime Geral de Previdência Social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com modificação em seu art. 12, § 4º, conforme a seguinte redação:

“Art. 12.....

.....
§ 4º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime é segurado em relação a essa atividade, ficando sujeito às contribuições de que trata esta Lei.

.....” (NR)

Art. 2º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com modificação em seu art. 18, § 2º, conforme a seguinte redação:

“Art. 18.....

.....
§ 2º O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS, que estiver exercendo ou

que voltar a exercer atividade sujeita a este Regime, fará jus, quando novamente dela se afastar, a um pecúlio, que consistirá em pagamento único do valor de suas contribuições, atualizadas pelo mesmo índice aplicado para fins de reajustamento dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. “ (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição em tela defende que as contribuições recolhidas pelos aposentados que retornam à atividade sejam convertidas em pecúlio, o qual lhes será pago quando novamente se afastarem da atividade.

Atualmente, o aposentado que retorna à atividade é considerado segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social e contribui da mesma forma que os demais segurados. No entanto, sua contribuição não lhe é revertida na forma de benefícios ou serviços, salvo, quando se tratar de segurado empregado, o pagamento de salário-família e a reabilitação profissional. Ou seja, o aposentado contribui e praticamente nada recebe da previdência social.

A presente proposição não postula que seja concedida nova aposentadoria ou qualquer outra espécie de benefício de prestação continuada àquele que já percebe benefício do Regime Geral de Previdência Social. O objetivo do Projeto de Lei que ora apresentamos consiste simplesmente em devolver aos aposentados as contribuições individuais que foram recolhidas e que não irão ter contrapartida em direito a outro benefício de prestação continuada.

Por esse motivo, entendemos que essa nossa proposição confere coerência ao Regime Geral de Previdência Social que, tendo caráter contributivo, deve, obrigatoriamente, assegurar a conversão da contribuição em benefício de seus segurados. Do exposto, concluímos que a exigência de recolhimento de contribuição para os aposentados que retornam à atividade

deve garantir em contrapartida o direito a um pecúlio, a ser pago quando novamente se afastarem da atividade e em valor correspondente às suas contribuições, corrigidas com base no mesmo índice aplicado para fins de reajustamento dos benefícios.

Certos da importância da matéria e de seu elevado conteúdo de justiça social, esperamos contar com o apoio dos ilustres membros desta Casa para assegurarmos a sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Deputado JOÃO DADO